

## Economia

ENERGIA

# Empresas querem liberar usinas em áreas indígenas

### Projeto de lei busca permitir execução das obras em troca de compensação financeira

Empresas produtoras de energia vão entregar ao governo Jair Bolsonaro projeto de lei para liberar a construção de hidrelétricas em áreas indígenas mediante compensação financeira para as comunidades locais. A medida é parte de um esforço do setor para tentar destravar o uso do potencial hídrico do País.

Elaborado por um grupo de empresas e entidades do setor, o texto do projeto de lei prevê o uso de parte da receita das usinas para constituir um fundo financeiro gerido pelo empreendedor, por lideranças da comunidade indígena local e pela Fundação Nacional do Índio (Funai).

Representantes da equipe de Bolsonaro já se manifestaram a favor da retomada da construção de hidrelétricas no País e o próprio presidente eleito tem se manifestado a favor da exploração de atividades econômicas em terras indígenas. “Boa parte dos

recursos econômicos energéticos do Brasil está em áreas indígenas ou em terras que se tornarão áreas indígenas”, diz o diretor de Estratégias, Comunicações e Responsabilidade Social Corporativa da francesa Engie, Gil Maranhão.

A empresa é uma das apoiadoras do projeto, ao lado da também francesa EDF e do Instituto Acende Brasil, entre outros. Maranhão diz que o modelo atual não é propício às hidrelétricas, pois traz apenas perdas às populações locais. A ideia é torná-los sócios dos projetos.

O texto do projeto de lei, diz ele, está pronto à espera de interlocução com o novo governo. O grupo rascunhou também uma portaria interministerial, que pode ser usada como alternativa a levar o tema ao Congresso. Maranhão diz, porém, que essa opção demanda a análise por empreendimento, enquanto o projeto de lei regulamenta todos



AVENER PRADO/FOLHAPRESS/JC

**Idéia dos produtores de energia é tornar as comunidades ‘sócias’ das hidrelétricas a serem construídas**

os empreendimentos.

Segundo estudo da EPE (Empresa de Pesquisa Energética) o Brasil tem hoje 196 potenciais hidrelétricos de médio e grande porte mapeados, com potência total de 52 mil megawatts (MW). Deste total, apenas 2% não interferem em áreas legalmente protegidas - sejam indígenas ou de conservação ambiental.

Para tentar retomar o desenvolvimento de projetos, a entidade busca alternativas de financiamento de estudos de viabilidade para hidrelétricas de médio porte - as de grande porte,

consideradas estruturantes, têm estudos bancados pelo governo. Normalmente, os estudos eram feitos por estatais ou construtoras que foram afetadas pela Operação Lava Jato e depois cobrados dos vencedores dos leilões para desenvolver as obras. Com a crise das empresas, novos projetos começaram a se tornar escassos.

O presidente da EPE, Reive Barros, diz que os estudos custam, em média, R\$ 20 milhões. Para avaliar cerca de 50 projetos nas regiões Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste, que têm menos entraves legais, seriam

necessários, aproximadamente, R\$ 1 bilhão.

Barros diz que uma parcela de 3% da RGR (Reserva Global de Reversão), uma taxa cobrada na conta de luz, é destinada a esse tipo de estudo, mas os recursos vêm sendo contingenciados pelo governo. “Vamos tentar destravar esse recurso”, afirmou.

Além disso, negocia com o Bndes um modelo de financiamento. “O potencial hidráulico do País é muito grande, mas estamos ofertando em leilões valores muito baixos por que não temos projetos”, comentou o executivo.

## Aplicativo ajuda a entender cálculo da conta de luz

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) vai lançar um aplicativo para aparelhos celulares que vai ajudar o consumidor a entender o cálculo das tarifas de conta de luz. De acordo com a agência, o objetivo do aplicativo Aneel Consumidor é simplificar o atendimento e dar mais

transparência sobre a cobrança das tarifas de energia.

Pelo serviço, que será lançado hoje, o consumidor poderá usar simulações interativas para conhecer o funcionamento dos itens que compõem o valor da fatura de energia de clientes residenciais. “Os cálculos de tari-

fa disponíveis levam em conta a realidade de cada distribuidora, a ser selecionada pelo usuário, a Bandeira Tarifária em vigor (atualmente, a amarela) mas não incluem impostos como ICMS, PIS/Cofins e taxa de iluminação pública”, informou a Aneel.

O anúncio do aplicativo foi feito em setembro, durante cerimônia no Palácio do Planalto. Na ocasião, o diretor-geral da Aneel, André Pepitone, disse que por meio do aplicativo o cliente pode acessar os dados da concessionária responsável pelo fornecimento de energia para acompanhar detalhadamente as cobranças que compõem a conta de luz.

A plataforma facilita ainda o registro e acompanhamento de Solicitações de Ouvidoria (reclamações, sugestões, elogio e denúncias), apresenta orientações sobre os principais procedimentos relacionados ao fornecimento de energia e informações gerais sobre o setor elétrico. O aplicativo estará disponível para os sistemas Android e IOS.

## Aneel divulga reajuste da CEEE-D

Jefferson Klein

jefferson.klein@jornaldocomercio.com.br

Uma boa parte dos gaúchos vai ter que começar a preparar o bolso para um novo aumento da conta de luz. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) anuncia hoje o reajuste tarifário anual da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D). Os percentuais ainda são sigilosos, no entanto, se supõe que haverá um incremento, mas não tão acentuado como no reajuste do ano passado, que teve um efeito médio para o consumidor de 30,62%.

O diretor da Siclo Consultoria em Energia Paulo Milano estima que a elevação nas contas de luz será na ordem de 10%. Ao definir o reajuste, a Aneel considera a variação de custos associados à prestação do serviço. O cálculo leva em conta ainda a aquisição e a transmissão de energia elétrica, bem como os encargos setoriais. Conforme Milano, neste ano houve a redução de gastos

com o sistema de transmissão, o que deve atenuar o aumento.

A forma de avaliar o reajuste sofreu alterações. Antigamente, a distribuidora enviava uma sugestão de percentual de reajuste que era divulgada ao público em geral previamente pelo órgão regulador. Agora, não existe a obrigatoriedade de fazer essa proposta, cabendo à agência analisar os custos da concessionária e determinar sua remuneração. No último reajuste da CEEE-D, os consumidores residenciais (classe B1) tiveram uma elevação de 29,33% e a média para os clientes em alta tensão (indústrias) foi de 33,54%.

As novas tarifas a serem confirmadas pela Aneel deverão entrar em vigor a partir do dia 22 de novembro. A CEEE-D atende a 1,6 milhão de unidades consumidoras, o que equivale a cerca de 4,8 milhões de pessoas. A sua área de concessão compreende a Região Metropolitana, Sul, Litoral e Campanha gaúcha, abrangendo 72 municípios.

Aos anunciantes e  
agências de publicidade

### Alteração de horário de fechamento

Face ao feriado da Proclamação da República, em 15 de novembro, essa edição será conjunta com a do dia 14 de novembro, com o fechamento comercial às 17h do dia 13 de novembro.

A edição do dia 16 de novembro circulará normalmente, com o fechamento comercial às 17h do dia 14 de novembro.